Futuro para um mundo que ultrapassará a marca de 1,5°C

Novembro 2023

NATURE FINANCE

Sobre NATURE FINANCE

A **NatureFinance** é uma organização internacional sem fins lucrativos dedicada a alinhar as finanças globais com resultados equitativos e positivos para a natureza. Para isso, a NatureFinance trabalha com o uso avançado de dados de biodiversidade e sua divulgação apropriada, para uma melhor gestão de riscos relacionados à natureza, bem como desenvolvendo mercados de natureza com propósito e inovações financeiras, inclusive em mercados de dívida soberana e de crédito de natureza, fortalecendo a responsabilidade ambiental - especialmente no enfrentamento de crimes contra a natureza - e com abordagens digitais que possibilitem a ação de cidadãos em ações relacionadas à proteção da natureza.

Saiba mais em **www.naturefinance.net**

Sobre este texto

Futuro para um mundo que ultrapassará a marca de 1,5°C é uma contribuição para um debate e uma prática mais amplos a fim de endereçar desafios relacionados ao clima, à natureza e ao desenvolvimento sustentável. Reflete preocupações crescentes e uma discussão contínua dentro da NatureFinance, dos nossos parceiros e de redes mais amplas sobre o que pode ser necessário para catalisar ações proporcionais à escala dos desafios. Este texto tem como objetivo aprofundar e ampliar esta conversa, e encorajar mudanças em nossas ações, muitas delas, provocativas, não convencionais e que desafiam o status quo.

Agradecimentos

Futuro para um mundo que ultrapassará a marca de 1,5°C foi escrito por Simon Zadek, diretor-executivo da NatureFinance. Agradecemos às muitas pessoas que ajudaram a desenvolver os argumentos subjacentes deste material e a encontrar formas de expressar as mensagens aparentemente paradoxais, incluindo Lionel Beehner, Tom Brookes, Ceandra Faria, Marcelo Furtado, Mark Halle, Hiba Larsson, Julie McCarthy, Rupesh Madlani, Mira Merme, Justin Mundy e Vian Sharif. Todos os erros e omissões são de responsabilidade do autor, e comentários devem ser enviados para **simon.zadek@naturefinance.net**

Resumo

Milhares de negociadores e ativistas que estarão reunidos na Conferência de Clima (COP28), nos Emirados Árabes Unidos (EAU), terão de enfrentar a revelação do segredo mais importante do mundo: já não há qualquer perspectiva séria de manter o aumento da temperatura média global abaixo de 1,5°C em relação aos níveis pré-Revolução Industrial, conforme acordado em Paris, em 2015.

A ciência é clara, assim como a experiência de vida. O ano de 2023 foi o mais quente já registrado. O calor extremo combinado com tempestades oceânicas sem precedentes, incêndios florestais, inundações e secas não saiu dos noticiários, fazendo vítimas da Ásia à África, passando por Europa e América Latina. Enquanto isso, a destruição da natureza não diminui, mesmo ela sendo a nossa melhor proteção contra as mudanças climáticas e a base da prosperidade coletiva.

"Dito de forma simples, estamos caminhando para um mundo 2°C mais quente — ou mais."

O mantra oficial é que podemos ficar abaixo da meta de 1,5°C se tomarmos "medidas drásticas". Embora teoricamente seja verdade, na prática, a falta de vontade política e de adesão empresarial não sinalizam nenhuma ação drástica. Dito de forma simples, estamos caminhando para um mundo 2°C mais quente — ou mais.

Cada fração de grau é importante, e um futuro que ultrapassará 1,5°C será drasticamente diferente da nossa realidade atual. Com um aquecimento de 2°C, a expectativa é que cerca de 40% da população mundial enfrente ondas de calor cada vez mais severas, e até um terço, sofra de escassez crônica de água.

Os distúrbios causados e o custo humano, em termos de deslocamento de pessoas, destruição de meios de subsistência e perda de vidas, serão sem precedentes. As comunidades vulneráveis, principalmente em países menos desenvolvidos e com poucos recursos para enfrentar a destruição — e menos ainda para evitá-la, serão afetadas de forma desproporcional.

"Manter a esperança de que estamos no caminho certo para a meta de 1,5°C se tornou paradoxalmente parte do problema."

Não podemos diminuir nossas ambições nem abandonar os esforços coletivos para evitar isso. Manter a esperança de que estamos no caminho certo para a meta de 1,5°C se tornou, paradoxalmente, parte do problema. Embora represente uma enorme ambição, essa meta, na prática, restringiu as nossas ações ao alimentar a possibilidade fictícia de uma transição 'ganha-ganha' rumo a um futuro semelhante ao mundo atual, apenas sem o carbono. Sob esta ótica, propagada pela maioria das nossas lideranças políticas, empresariais e da sociedade civil, permanecemos limitados a agir dentro de um senso comum, incorporado ao status quo atual.

Aceitar que iremos ultrapassar 1,5°C de aquecimento é fundamental para descartarmos esforços incrementais, claramente distrativos e muitas vezes dissimulados. Tal aceitação abre o caminho para irmos além das normas aceitas e do senso comum no sentido de pensar e agir rumo ao impensável – tanto para conter o aumento da temperatura como para iniciar planos urgentemente necessários de sobrevivência em um futuro disruptivo. Qualquer coisa menos do que isso é um desrespeito imprudente com a humanidade.

O estado em que estamos

Avaliações oficiais ainda apontam para a possibilidade de mantermos as temperaturas globais médias abaixo ou em torno de um aumento de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.[1] No entanto, essa perspectiva é simplesmente irreal. A Organização Meteorológica Mundial estimou recentemente que há 66% de probabilidade de ultrapassarmos o limite de 1,5°C um ano antes. Outros cenários sugerem que este aumento ocorra já em 2026.[2]

Neste ano, as temperaturas médias globais registraram aumento inédito de 0,5°C acima das médias históricas, excedendo em 1,5°C os níveis pré-industriais durante um terço do ano, até agora. Muitos cientistas acreditam que a meta de 1,5°C já está morta. A Agência Internacional de Energia concluiu recentemente que a nossa atual abordagem das metas climáticas e de mitigação deve colocar o mundo rumo a um aumento médio de 2,4°C neste século.[3]

Essa dura realidade se aplica também à natureza, que sustenta a economia global e é fundamental em nossos esforços para combater as mudanças climáticas. A biodiversidade global está sendo degradada mais rapidamente do que em qualquer outro momento da história humana: desde 1970, ela diminuiu 70%. De acordo com algumas estimativas, 1.692 acres de terra produtiva se tornam deserto a cada hora.[4]

A crise da natureza não é apenas uma sequela ou consequência sombria da crise climática. A natureza e o clima são indivisíveis quando se trata de esforços para reduzir as temperaturas globais. Isso por conta da capacidade da natureza de absorver e armazenar carbono, dos impactos positivos dela sobre o clima e do papel central no fornecimento de serviços ecossistêmicos, como água limpa, ar e controle da temperatura, além da garantia de meios de subsistência e segurança alimentar.

"Não resta dúvida que estamos caminhando para um mundo que ultrapassará 1,5°C."

A narrativa oficial ainda defende que é possível permanecer abaixo da meta de 1,5°C se tomarmos "medidas drásticas". Sim, isso em tese é verdade, e com certeza não nos falta o conhecimento, a tecnologia e o financiamento para realizar o trabalho. No entanto, a falta de vontade política e de adesão do setor privado dão poucos sinais de que tais medidas dramáticas serão tomadas na prática. Na verdade, tendências inquietantes sugerem exatamente o contrário.

O uso de carvão continua crescendo em todo o mundo e aumentou 3,3% em 2022, alcançando o máximo histórico de 8,3 mil milhões de toneladas.[5] Vimos recentemente uma série de novas licenças de petróleo e gás emitidas do Alasca ao Mar do Norte. Apesar da liderança global do Brasil na redução do desmatamento na Amazônia, o país pode aprovar a perfuração na foz do rio Amazonas, o ecossistema natural mais importante do mundo.[6]

Não resta dúvida que estamos caminhando para um mundo que ultrapassará 1,5°C. Mas em quanto exatamente vamos superar este limite faz uma enorme diferença, especialmente tendo em conta os pontos de não-retorno. Em um cenário de 1,5°C de aquecimento, cerca de 14% da população mundial enfrentará fortes ondas de calor uma vez a cada cinco anos. Em 2°C, esse número salta para quase 40%, equivalente às populações somadas de China, Índia e todas as Américas. Também em um cenário de 2°C, até um terço da população mundial sofrerá escassez crônica de água, combinada aos impactos destrutivos de eventos climáticos extremos cada vez mais violentos nas moradias e nas infraestruturas básicas, na segurança alimentar e nos meios de subsistência.[7] Além disso, há impactos imprevisíveis dos pontos de não-retorno, desde a interrupção de grandes correntes oceânicas até a transformação da Floresta Amazônica em savana e o colapso e derretimento de geleiras.

"Não se preparar para uma vida além de 1,5°C é um desrespeito imprudente com a humanidade. Ignorar a necessidade de parar as emissões é um crime contra a humanidade."

O custo humano, em termos de deslocamento, destruição de meios de subsistência e perda de vidas, será sem precedentes, sobretudo para aqueles que têm renda mais baixa, famílias e comunidades vulneráveis e nações menos capazes de lidar com a situação — e que são também as menos responsáveis pelo problema. Não se preparar para uma vida além de 1,5°C é um desrespeito imprudente com a humanidade. Ignorar a necessidade de parar as emissões é um crime contra a humanidade.[8]

Presos à ambição de 1,5°C

Há muito tempo compreendemos as terríveis consequências de fracassar no controle das mudanças climáticas. É por isso que, em 2015, as nações se uniram para criar o Acordo de Paris. O seu cerne é o compromisso de manter o aumento da temperatura global abaixo de 1,5°C em comparação com os níveis pré-industriais.

Apesar desse compromisso e de muitos esforços realizados para cumpri-lo desde então, chegou a hora de enfrentar a realidade: essa manifestação da ambição coletiva não atingiu o propósito pretendido. O fato simples e irrefutável é que ele não motivou os governos e as empresas a tomarem medidas suficientes.

A consequência mais importante é, obviamente, o aumento contínuo das temperaturas e da volatilidade climática, uma crescente crise da natureza e as consequências para comunidades e nações mais vulneráveis. Mas a retórica contínua de que ainda podemos cumprir a meta e permanecer abaixo de 1,5°C tem outros dois problemas.

O primeiro é que ela nos impede de nos prepararmos para viver em um mundo que ultrapassará 1,5°C de aquecimento. Em um mundo no qual as opções são cumprir a meta de 1,5°C ou enfrentar o Armagedom, há pouco ou nenhum incentivo para planejar mudanças disruptivas. Nesta polarização, ou os esforços globais atingirão a meta — e a vida continuará mais ou menos como sempre foi, ou falharemos e não haverá mais nada a fazer. A realidade, no entanto, é bastante diferente. Estamos indo além dos aumentos máximos de temperatura previstos e isso significa que precisamos planejar a vida no futuro como ele será. Se não planejarmos, todas as pessoas serão impactadas, especialmente aquelas que vivem em países vulneráveis ao clima, muitos dos quais já experimentam toda a força dessa crise e o que significa estar despreparado para ela.

O segundo e mais perverso problema é que o objetivo desafiador, simbolizado pelo limite de 1,5°C, pode suprimir involuntariamente a nossa vontade de agir de forma mais ambiciosa. A narrativa do 1,5°C é mais do que uma meta científica. Ela está enraizada na falsa promessa de uma transição suave para um mundo onde descarbonizaremos com sucesso, mas no qual as coisas permanecerão praticamente as mesmas. Nesse mundo, há uma promessa sedutora de que a transição será vantajosa para todas as pessoas e haverá sucesso, em grande parte, graças a ações voluntárias e de interesse próprio.

"A narrativa do 1,5°C está enraizada na falsa promessa de uma transição suave para um mundo onde descarbonizaremos com sucesso, mas no qual as coisas permanecerão praticamente as mesmas"

Em vez de alinhar todas as pessoas envolvidas em torno de ações urgentes e ambiciosas que garantam uma transição que não deixe ninguém para trás, a narrativa do 'ganha-ganha' faz perversamente o oposto. Isso nos ancora em uma situação de "manter tudo como está" para enfrentar um desafio existencial. Ou seja, a própria narrativa que pretende impulsionar ações ambiciosas reforça a mensagem de que não precisamos derrubar as normas e o status quo para mudanças urgentes e necessárias.

Por que nos apegamos a falsas esperanças

"A elite mundial leu o memorando de que a meta é uma causa perdida e fez os seus próprios planos para sobreviver num futuro conturbado."

Diante da ciência e de qualquer visão equilibrada sobre o que estamos — e não estamos — fazendo para enfrentar a crise ambiental e a climática, a questão de um trilhão de dólares é: por que as lideranças políticas, empresariais e da sociedade civil em quem depositamos fé e confiamos não estão gritando de cima dos telhados a notícia de que ultrapassaremos 1,5°C?

Certamente, o mantra do 1,5°C não impediu que a elite mundial começasse a construir os seus próprios "barcos salva-vidas" para sobreviver em um futuro conturbado. Comunidades, nações e regiões organizando defesas físicas, militares e ideológicas para deter o número crescente de pessoas deslocadas à força são provavelmente o principal indicador em escala dos planos em curso. Veja, por exemplo, os muros erguidos na fronteira entre o México e os EUA, e a tentativa do Reino Unido de restringir a base jurídica sobre a qual as pessoas deslocadas podem reivindicar o status de refugiado. Outro sinal é o ressurgimento de uma noção há muito abandonada de economias autossuficientes, bem como o anúncio, que passou praticamente despercebido, dos planos da China em avançar para a autossuficiência alimentar.

"A lógica que parece guiar esta ética é a de que, ao admitir a nossa incapacidade de permanecer abaixo dos 1,5°C, a pressão para agir de forma ambiciosa se reduz."

Da mesma forma, os ultra ricos fazem os seus próprios planos, simbolizado pela escalada dos preços dos imóveis na Nova Zelândia e em santuários ecológicos de difícil acesso.[9] Pode muito bem existir um futuro seguro para os sortudos residentes da futura "A Linha", na Arábia Saudita, uma cidade totalmente autossuficiente e planejada, que se estende por 170 quilômetros.[10] Os esforços de Elon Musk e de outros para estabelecer uma base fora do planeta são talvez os mais ambiciosos para quem pode se permitir deixar para trás a sua dependência do planeta Terra e o destino da maioria dos seus habitantes.

Mas e aqueles que pensam no bem global: por que não nos dizem onde estamos e para onde vamos? A lógica que parece guiar esta ética é a de que, ao admitir a nossa incapacidade de permanecer abaixo dos 1,5°C, a pressão para agir de forma ambiciosa se reduz, dando aos países e às empresas uma desculpa para terem um desempenho abaixo do necessário quando se fala em mitigação. Essa lógica sugere que admitir a verdade à maioria mal-informada poderia inviabilizar fatalmente a frágil ação política pró-clima, possivelmente abrindo as portas para ações extremas antidemocráticas, antinatureza e anticlimáticas. Pior ainda, falar abertamente e honestamente com aqueles que serão impactados pode levar cidadãos ao desespero, exacerbando o nacionalismo e o racismo, inflando políticos mais populistas e menos preocupados com outros grupos.

É claro que a comunidade empresarial não é unissona. As lideranças empresariais progressistas, uma comunidade global em crescimento, mantiveram-se em grande parte em silêncio por medo de serem acusadas de pessimistas, contraproducentes ou, a pior de todas, egoístas. Para as lideranças empresariais com interesses mais restritos, a adoção retórica de uma meta de 1,5°C lhes permite praticar greenwashing em seus lucros repletos de carbono. Essa prática é evidente a partir do aumento de compromissos empresariais individuais e de alianças "net zero", que incluem muitos membros cujas práticas são total e descaradamente inconsistentes diante de seus ambiciosos apelos de mobilização. Da mesma forma, os países poluidores, sob o pretexto de aderirem a esforços coletivos, em grande parte inúteis, conseguem fazer avançar os seus planos econômicos intensivos em carbono.

E assim é, em grande parte por meio dessa ação coletiva extraordinária, não intencional, que o consenso da meta de 1,5°C tem sido mantido até agora.

O desconhecido caminho do que nos espera

A vasta literatura sobre mudanças de paradigma e pontos de não-retorno nos diz que somos muito bons em imaginar coisas que ainda não aconteceram, mas somos notada e vergonhosamente ruins em responder a crises emergentes, o que fazemos com lentidão. Como espécie, os humanos preferem continuar compreendendo o mundo da forma como lhes convém, mesmo quando confrontados com evidências claras de que o mundo é, na verdade, bastante diferente.

A negação individual e coletiva — o que poderíamos considerar como "quem não sabe sabendo" — é o que o poeta persa do século XIII Ibn Yamin descreveu como "aquele que sabe, mas não sabe que sabe". A dissonância cognitiva é talvez um dos mecanismos de sobrevivência mais evoluídos e eficazes da humanidade – até que, de repente, deixa de ser.

Sair desse paradigma geralmente envolve a combinação de uma "nova verdade" emergente sinalizada por várias fontes, e muitas vezes um abalo repentino que consolida a mudança na mentalidade coletiva. Esse choque pode ser uma descoberta científica disruptiva ou uma revolução tecnológica, mas muitas vezes, infelizmente, é uma catástrofe. Nessas circunstâncias, as normas e os conhecimentos convencionais podem ser postos de lado e barreiras aparentemente intransponíveis podem ser ultrapassadas.

Dois momentos históricos recentes, a Grande Crise Financeira e a pandemia da covid-19, são ilustrativas de como verdades aparentemente incontestáveis podem ser substituídas por novas formas de ver e agir que antes eram inimagináveis.

"A Grande Crise Financeira e a pandemia da covid-19 são ilustrativas de como verdades aparentemente incontestáveis podem ser substituídas por novas formas de ver e agir que antes eram inimagináveis."

A ação coletiva que se seguiu à crise financeira de 2008 viu os principais bancos centrais comprarem títulos de bilhões de dólares, inicialmente para garantir liquidez em todo o sistema financeiro, e depois para estimular as suas economias. Em uma notável inversão do senso comum, que ocorreu em questão de semanas, os mais poderosos ministros da fazenda e dirigentes de bancos centrais mundo afora descartaram a convicção de que se deve evitar a "expansão monetária inflacionária e imprudente" para abraçar a "flexibilização quantitativa salvadora da civilização" (ou seja, imprimir dinheiro e empurrá-lo para a economia por meio da compra de títulos).

Da mesma forma, durante a pandemia global, muitas nações literalmente fecharam as suas portas e grande parte de sua economia, trancando milhões de cidadãos em casa ou no bairro. Os países do G20 angariaram e gastaram mais de 15 trilhões de dólares durante o doloroso período de três anos da crise, utilizando a maior parte desse dinheiro para pagamentos diretos e indiretos a cidadãos, substituindo a renda do trabalho.[11]

"Confrontados com certos tipos de crises, as lideranças mundiais estão dispostas a abandonar ideias profundamente arraigadas e abraçar novas, mesmo aquelas que antes eram consideradas ineficazes, impossíveis ou irresponsáveis."

Ao fazê-lo, derrubaram de forma extraordinária não um, mas dois princípios bastante arraigados. O primeiro a cair foi uma visão muito defendida por economistas de que se deve evitar "aumentos dramáticos na dívida pública". O segundo, a adesão à até então utópica "renda universal", com a proclamada necessidade de "salvar o mundo com o financiamento público apoiando a renda".

Os méritos dessas decisões políticas não são o foco aqui, embora haja poucas dúvidas de que elas beneficiaram principalmente aqueles que podiam pagar o preço, impuseram custos a outros e, no caso das vacinas, muitas vezes excluíram quem não tinha os recursos nem a influência necessária para garantir fármacos extremamente necessários. A questão aqui é simples: quando confrontados com certos tipos de crises, as lideranças mundiais estão dispostas a abandonar ideias profundamente arraigadas e abraçar novas, mesmo aquelas que antes eram consideradas ineficazes, impossíveis ou irresponsáveis.

Pensando e agindo no impensável

Haverá, sem dúvida, um ceticismo considerável sobre a proposição de que devemos dinamizar a narrativa e focar na perspectiva de planejar um futuro que ultrapassará 1,5°C de aquecimento, não apenas para sermos mais honestos sobre a realidade, mas para catalisar uma ação mais radical. Para muitos, abandonar essa meta ambiciosa, vital para nações inteiras e que foi alcançada com imenso esforço por 196 países, parecerá um movimento perverso e imprudente.

Para piorar a situação, é impossível prever as consequências de uma mudança tão radical na narrativa. Mas tampouco havia uma cartilha orientando a impressão de bilhões de dólares no meio de uma crise financeira, ou que explicasse a necessidade de distribuir bilhões de dólares aos cidadãos para substituir a renda do trabalho no caso de uma pandemia. É muito provável ainda que haja esforços daqueles com interesses escusos para cooptar tal mudança, muitas vezes com a intenção de suscitar a desconfiança, o cinismo e ações voltadas para si próprios.

A verdade assustadora é que a substituição de crenças arraigadas e práticas habituais por conhecimentos não-convencionais acontece, muitas vezes, em meio a um momento de pânico imprevisível e com consequências também imprevisíveis.

Apesar dessas incertezas, as ações que surgem raramente são novas como tal, mas baseadas na vasta gama de propostas não-convencionais que podem ter definhado durante décadas ou mesmo séculos em documentos esquecidos. Embora seja impossível prever quais ideias irão prosperar, é possível ilustrar os tipos de conhecimentos não-convencionais que poderão surgir à medida que abraçamos a narrativa de planejar a vida em um mundo que ultrapassará 1,5°C de aquecimento.

Os três exemplos apresentados abaixo abordam três aspectos sistêmicos, cuja transição será severamente desestabilizadora – refugiados, segurança alimentar e finanças. Não são propostas em si e, muito menos, soluções projetadas. Em vez disso, pretendem ilustrar os tipos de inovações não-convencionais que podem emergir diante da nova urgência, se começarmos a considerar explicitamente a realidade da vida além de 1,5°C.

Cidadania para migrantes

Hoje, em média, uma pessoa é deslocada à força a cada dois segundos. Esse número não inclui o número crescente dos chamados "migrantes irregulares" que fogem voluntariamente em busca de meios de subsistência dignos. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) alerta que o número de pessoas deslocadas à força passará dos atuais 110 milhões (um aumento de quase 50% em relação aos 75 milhões de cinco anos atrás)[12] para cerca de 1 bilhão ou mais, em 2050, por conta dos impactos associados das mudanças climáticas, do colapso da natureza e da instabilidade política, social e econômica associada.[13]

O atual modelo de gestão de pessoas refugiadas está enraizado na promessa humanitária pós-Segunda Guerra Mundial de manter os deslocados em um estado de "vida suspensa" relativamente seguro, enquanto se aguarda o repatriamento ou a passagem segura para um terceiro país. As soluções para lidar com os números crescentes continuam fundamentadas nesta abordagem construída com muito esforço.

"Precisamos planejar o futuro para um mundo com números crescentes de pessoas, equivalente à população atual da Índia (ou até mais), permanentemente desprovidas de direitos significativos de cidadania."

A simples escala, no entanto, já coloca esse sistema em cheque. Esse período de "vida suspensa" se estende, em alguns casos, por gerações e em circunstâncias cada vez menos seguras. A expectativa de um bilhão de pessoas deslocadas à força, com baixa probabilidade de encontrarem um lar permanente em outro Estado soberano, é horrível, certamente possível, senão provável. As promessas de regresso ou de passagem segura, que já são vazias, se tornarão irrelevantes nessas circunstâncias. É muito provável que precisemos planejar o futuro para um mundo com números crescentes de pessoas, equivalente a população atual da Índia (ou até mais), permanentemente desprovidas de direitos significativos de cidadania. Isso implica uma mudança de rumo no caminho que a história global vem trilhando desde a Paz da Vestfália, em 1648.

A situação dos Rohingya exemplifica bem o problema de aplicar modelos antigos a novas ordens de escala e complexidade. Na esperança de encontrar refúgio e segurança, esta população em fuga está presa há anos em campos em Bangladesh, que não consegue absorvê-la nem repatriá-la em segurança para Mianmar ou para outro lugar. Para agravar a situação, foi impedida de trabalhar por determinação do governo, no intuito de evitar a reação política da população de Bangladesh que compete por empregos escassos. No entanto, manter esse velho pensamento — bem como a dependência econômica e custos associados, precipitou o aprofundamento da crise humanitária nos campos e a própria reação política da população de Bangladesh — a mesma que o governo pretendia evitar pela exclusão dos Rohingyas dos mercados de trabalho.[14]

A perspectiva de um mundo que ultrapassará 1,5°C de aquecimento não pode se tornar uma espiral de desespero. Ao contrário, deve ser o catalisador que irá desbloquear pensamentos não-convencionais. Como bem colocado em artigo recente, precisamos entender que "a migração não é o problema, é a solução.[15]

Ao planejar um futuro com tantas pessoas deslocadas à força, é hora de construir uma nova geração de direitos para pessoas que provavelmente estarão em constante movimento. E, em vez de aspirar que tais direitos sejam conferidos pelos próprios Estados que não querem oferecer portos seguros, poderá haver um papel para as associações de pessoas em movimento, semelhante aos sindicatos do século XIX, que revolucionaram os direitos nos locais de trabalho e formaram uma base para uma ação coletiva sistemática. Na verdade, essas associações podem oferecer aos seus membros deslocados, ou talvez aos "cidadãos", acesso a oportunidades de subsistência dignas e formas de serem pagos, especialmente numa economia digital que pode ser acessada a partir de qualquer lugar.[16] As pessoas com esses meios de subsistência portáteis, por sua vez, poderão ter mais facilmente acesso às comunidades geográficas, diminuindo o seu fardo econômico, ou talvez até mesmo contribuindo com impostos que estariam dispostos a pagar.

Redefinindo a segurança alimentar

Ultrapassar 1,5°C de aquecimento terá um impacto radical na qualidade do solo, na disponibilidade de água, na volatilidade climática e na temperatura do ar. A produtividade agrícola será drasticamente afetada nas regiões tropicais e temperadas, com riscos maiores no Sahel africano, no Mediterrâneo, na Europa Central, na Amazônia e na África Ocidental e Austral. Neste cenário, diversas culturas serão menos rentáveis e, outras, poderão se tornar menos nutritivas.

Os esforços atuais para aumentar a resiliência climática, tornar os modos de vida mais sustentáveis e melhorar a qualidade nutricional se centraram particularmente na difusão de práticas agrícolas regenerativas. O dilema é que em um mundo que ultrapassará 1,5°C, muitas dessas práticas deixarão de ser viáveis em contextos com pouco ou nenhum solo, água e outras condições favoráveis. Além disso, à medida que essa situação evolui, o capital financeiro privado será mais dispendioso ou simplesmente indisponível nos países em desenvolvimento, tanto nos trópicos como nas zonas áridas e semiáridas, que dependem do financiamento externo tanto para a segurança alimentar como para a vida econômica de forma ampla. Perversamente, essa fuga de capitais será acelerada e amplificada pela própria pressão de ativistas do clima e da natureza para que a comunidade financeira leve em conta todos os riscos relacionados ao clima e à natureza.

Do mesmo modo, é pouco provável que os mercados globais de commodities agrícolas, na sua forma atual, façam parte da solução. Em muitos aspectos, o núcleo definidor do sistema agroalimentar global de hoje é dominado por um punhado de empresas, em grande parte privadas e estatais, integradas vertical e horizontalmente. Um relatório recente da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) aponta para evidências de lucros excessivos e da falta de alinhamento com os imperativos da segurança alimentar e dos objetivos de clima e natureza.[17]

Na verdade, em um mundo que ultrapassará 1,5°C, os imperativos de segurança alimentar provavelmente irão corroer o valor percebido do comércio global de alimentos. Os países e as regiões que possam avançar para a autossuficiência alimentar irão fazê-lo, exemplificado pela mudança da China na busca de cultivar seus alimentos internamente — o que por si só irá remodelar o comércio global de alimentos, dada a sua posição atual como maior compradora de muitos produtos básicos comercializados globalmente.[18]

Diante dessas condições futuras, não há dúvidas de que muitas comunidades agrícolas não conseguirão sobreviver. O desafio será encontrar formas de fazerem a transição da sua atual dependência econômica desses sistemas de produção alimentar em risco. Apoiar esses pequenos agricultores vulneráveis, introduzindo práticas regenerativas, pode proporcionar uma ajuda temporária. Mas também há chance que isso atrapalhe ou consuma involuntariamente recursos que poderiam ser mais bem utilizados para os ajudar na transição de meios de subsistência agrícolas que simplesmente deixarão de existir em um mundo além de 1,5°C. Não há dúvidas de que, para muitos, a imigração será a única opção.

As opções de produção de alimentos capital-intensiva têm sido, até agora, largamente rejeitadas pela comunidade que defende um sistema alimentar sustentável. Para muitos é, inclusive, a antítese da solução. Apesar dos problemas bem documentados com o atual sistema intensivo de produção agroalimentar, as soluções capital-intensivas, como a Agricultura Ambiental Controlada (mais conhecida como "agricultura vertical") e os alimentos cultivados em laboratório, podem ser fundamentais para garantir a segurança alimentar num mundo que ultrapassará 1,5°C, dada a sua capacidade de se dissociar dos riscos relacionados com a natureza, de gerar pouca ou nenhuma emissão e de ser produzido localmente. Por meio dessa perspectiva, tal como aconteceu com a tecnologia de energias renováveis na última década, o desafio mais importante que vamos enfrentar mais cedo ou mais tarde poderá muito bem ser como implementar tais soluções em escala em comunidades e nações mais pobres.

Direcionando as finanças

Passando ao terceiro exemplo, as finanças. Apesar de alguns progressos, é evidente que os nossos esforços coletivos falharam espetacularmente no sentido de alinhar os fluxos financeiros aos objetivos de clima e natureza.

Até agora, o senso comum prega que os ativistas, tomadores de decisão e donos de capital mais progressistas procurem convencer os atores do setor financeiro privado que o clima é um risco financeiro material, bem como uma oportunidade crescente. Enquanto os números não se acumulavam, foram implementadas abordagens de financiamento misto, essencialmente subsídios, diante da pressão crescente da onda climática e agora também de litígios relacionados à natureza. Os bancos centrais e as autoridades monetárias se juntaram nesse bonde, usando seus mandatos para avaliar e agir se — e quando — as mudanças climáticas e a destruição da natureza forem consideradas um risco notável para a estabilidade financeira.

O problema, dito de forma simples, é que a comunidade financeira continua a financiar a extração e a utilização de combustíveis fósseis. Os exemplos disso são os investimentos recentemente anunciados pela Chevron e pela ExxonMobil de 113 bilhões de dólares para garantir reservas adicionais de petróleo.[19] Sinalizando a convicção de que a procura por petróleo continuará a crescer nas próximas décadas, o investimento é uma aposta na lucrativa contribuição para um aumento de 3°C nas temperaturas médias globais.

Os requisitos regulatórios — não voluntários — para divulgar os riscos climáticos e da natureza não são claramente um incentivo suficiente para deixar, e muito menos desistir, de investir mais no que são, e se espera que sejam, empreendimentos altamente lucrativos e com uso intensivo de carbono. Da mesma forma, os compromissos não regulamentados de transição para emissões líquidas zero até 2050 não podem ser levados a sério, até porque o mandato médio de um CEO nas 2.500 maiores empresas públicas do mundo é atualmente de cerca de cinco anos.[20]

Afastar o setor financeiro de ativos intensivos em carbono exige ir além do conhecimento convencional para impulsionar a mudança ao impactar as percepções do risco dos investidores e da estabilidade financeira, e por meio de compromissos empresariais voluntários. Afastar os investimentos de ativos intensivos em carbono exigirá que os bancos centrais e as autoridades monetárias abandonem a chamada neutralidade política para garantir o alinhamento dos fluxos financeiros com os objetivos climáticos por parte dos seus próprios governos. Sob esta ótica, por exemplo, as instituições financeiras podem enfrentar requisitos obrigatórios para realizar transições para emissões líquidas zero em determinado período. As penalidades para os déficits poderiam ser financeiras, como multas, exclusão de contratos públicos lucrativos, tal como aconteceu na África do Sul para encorajar o cumprimento da agenda de Empoderamento Econômico Negro, no pós-Apartheid, ou, em último caso, a remoção da licença de uma instituição financeira para operar.

Ventos contrários às ações disruptivas

Ir além do senso comum não é apenas uma questão de ter ideias brilhantes, mas de enfrentar os desafios inevitáveis, superando certos pontos de vista e interesses enraizados. No caso de pessoas deslocadas à força, a própria ideia de outra forma de cidadania e de direitos associados, além daqueles conferidos por meio da ação estatal, sem dúvida enfrentaria resistência daqueles que temem o potencial de novas formas de ação coletiva, incluindo os próprios governos e quem se beneficia da vulnerabilidade das pessoas deslocadas. Tais propostas também são contestadas por muitos defensores empenhados nos direitos das pessoas refugiadas, que receiam que essas medidas possam enfraquecer ainda mais os já frágeis compromissos dos governos na proteção desse grupo.

"A dificuldade não está nas novas ideias, mas em escapar das antigas",
John Maynard Keynes, 1936

Da mesma forma, setores que defendem a agricultura sustentável evitam sistemas agrícolas capital-intensivos desenhados para serem dissociados da natureza. Como justificativa, apontam o valor essencial da regeneração agrícola e da importância de restabelecer, em vez de quebrar ainda mais, a nossa interdependência com a natureza. Além disso, os opositores às abordagens capital-intensivas, por mais resilientes às mudanças climáticas que sejam, estão justamente preocupados com o fato de tal direção poder reproduzir a concentração do mercado e as desigualdades presentes no atual sistema agroalimentar global, prejudicando em particular as nações e comunidades com acesso limitado à tecnologia e ao financiamento.

Essas preocupações e a consequente resistência a elas não podem — e não devem — ser simplesmente descartadas como um pensamento "atrasado ou sem imaginação". Consideremos o terceiro caso de "financiamento dirigido". Empoderar as autoridades monetárias para redirecionar investimentos dos ativos intensivos em carbono seria considerado um sacrilégio pelos defensores da independência dos bancos centrais que, por sólidas razões históricas, ressaltam a importância de permanecerem afastados de qualquer agenda política. Se a exceção for feita ao clima, acreditam, seria uma ladeira escorregadia, que poderia levar em conta muitas outras e quaisquer medidas políticas, ou seja, uma descida ao caos a partir dessa medida.

Certamente, há muitos casos de políticas governamentais populistas e muitas vezes perversas, que moldam práticas monetárias catastróficas e decisões muito questionáveis por parte de autoridades monetárias. Ao mesmo tempo, é perigoso equiparar uma agenda climática crucial a "qualquer medida política" e sugerir que não somos capazes de bloquear ações específicas para tratar de imperativos políticos únicos e urgentes.

Derrubar convenções bem estabelecidas também significa reconhecer as suas qualidades, muitas vezes frágeis e, por vezes, míticas. A tão alardeada independência política dos bancos centrais é um exemplo disso. Há uma longa história de neutralidade de política dos bancos centrais que já foi posta de lado. O Banco Central dos Estados Unidos (Fed), por exemplo, tanto durante a Segunda Guerra Mundial como na Guerra da Coreia, impôs restrições a empréstimos a setores não relacionados com a defesa. Mais recentemente, a coordenação entre governos e bancos centrais, que ajudaram a garantir o fluxo de financiamento público para famílias e empresas durante a pandemia, foi tudo menos neutra em termos de política.[21]

Para concluir, em um mundo que reconhece que estamos ultrapassando o 1,5°C de aquecimento, a urgência de ações não-convencionais que quebrem o status quo se torna mais óbvia e, portanto, mais provável. Essa necessidade, no entanto, não faz com que se materializem automaticamente. Isso é especialmente verdade quando existem interesses empresariais, estatais ou profissionais incorporados na manutenção desse status quo. Além disso, apesar da necessidade evidente, as melhores abordagens, distinguíveis e distintas de outras, não necessariamente surgirão. E, mesmo se surgirem, não há garantia de que sejam executadas com sucesso.

Uma escolha simples

Só medidas disruptivas, não-convencionais, não-razoáveis e, para muitas pessoas, aparentemente irresponsáveis, podem nos ajudar a controlar a crise climática e da natureza. Apenas descartar as esperanças de permanecer abaixo da meta de 1,5°C não garante o sucesso de tais ações. No entanto, aceitar o nosso fracasso na construção de uma transição indolor é pré-requisito para desencadear a disposição de deixar de lado esforços extras que nos tiram o foco em favor daqueles proporcionais à escala do desafio.

Muitos defensores de ações ambiciosas em matéria de clima e natureza têm, na melhor das hipóteses, esperanças modestas nas negociações em curso sobre o clima, exemplificadas pelas sérias preocupações sobre a COP28 nos Emirados Árabes Unidos. Reconhecer que caminhamos para um mundo muito além de 1,5°C proporcionaria uma diferença fundamental no que faremos a seguir.

Mais do que tudo, aqueles que colocam o interesse público acima do próprio, ou simplesmente se preocupam com a sobrevivência das futuras gerações, precisam ter coragem de ir adiante em uma nova fase de ações em matéria de clima, natureza e desenvolvimento sustentável. Vivemos agora um estado de emergência — um estado de emergência que só se tornará mais intenso e complicado, e não menos. Devemos, de uma vez por todas, deixar para trás o confortável meio termo delimitado pelas mesmas normas de sempre na política, nos negócios e no nosso comportamento. Temos que começar a pensar e a agir no impensável, tanto para minimizar os aumentos de temperatura como para planejar a vida em um mundo que ultrapassará a marca de 1,5°C.

Notas

[1] IPCC (2018) Global Warming of 1.5C, Special Report, IPCC, Geneva: https://www.ipcc.ch/sr15/

[2] WMO (2022), Global Temperatures Set to Reach New Records in Next Five Years: https://public.wmo.int/en/media/press-release/global-temperatures-set-reach-new-records-next-five-years

[3] IEA (2023) World Energy Outlook 2023, IEA, Paris: https://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2023/executive-summary

[4] Taskforce on Nature Markets (2023), Making Nature Markets Work, NatureFinance, Geneva: https://www.naturefinance.net/wp-content/uploads/2023/08/MakingNatureMarketsWork.pdf

[5] IEA (2023), Coal Market Update – July 2023, IEA, Paris: https://www.iea.org/reports/coal-market-update-july-2023

[6] Rodrigues, M. (2023) Oil from the Amazon? Proposal to Drill at River's Mouth Worries Researchers, Nature, 19th July 2023: https://www.nature.com/articles/d41586-023-02187-3

[7] Buis, A. (2019), A Degree of Concern: Why Global Temperatures Matter, NASA, 19th June 2019: https://climate.nasa.gov/news/2865/a-degree-of-concern-why-global-temperatures-matter/

[8] United Nations on Genocide Protection and the Responsibility to Protect, Crimes Against Humanity, UN, Geneva: https://www.un.org/en/genocideprevention/crimes-against-humanity.shtml

[9] Rushkoff, D. (2022), The Super-Rich 'Preppers' Planning to Save Themselves from the Apocalypse, The Guardian, 4th September 2022: https://www.theguardian.com/news/2022/sep/04/super-rich-prepper-bunkers-apocalypse-survival-richest-rushkoff

[10] Neom (2023), The Line: A Revolution in Urban Living, https://www.neom.com/en-us/regions/theline

[11] Vivid Economics (2021) Greenness of Stimulus Index – 6th Edition, NatureFinance, Geneva: https://www.naturefinance.net/resources-tools/greenness-of-stimulus-index/

[12] UNHCR (2022), Global Trends – Forcible Displacement in 2022, UNHCR, Geneva: https://www.unhcr.org/global-trends-report-2022

[13] IOM (2020) A Complex Nexus, IOM, Geneva: https://www.iom.int/complex-nexus

[14] Kironska, F., and M. Lubina (2023) What Do Bangladeshis Really Think of the Rohingya?, The Diplomt, 15th February 2023: https://thediplomat.com/2023/02/what-do-bangladeshis-really-think-of-the-rohingya/

[15] Vince, G. (2022) The Century of Climate Migration: Why We Need to Plan for the Great Upheaval, The Guardian, 18th August 2022: https://www.theguardian.com/news/2022/aug/18/century-climate-crisis-migration-why-we-need-plan-great-upheaval

[16] Easton-Calabria, E. (2019) Migrant Nation: Digital Livelihoods for People on the Move, Project Catalyst, UNDP, New York: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/MASTER%20-%20Migrant%20Union%20-%20Digital%20Livelihoods%20for%20People%20on%20the%20Move.pdf

[17] UNCTAD (2023), Trade and Development Report 2023, UNCTAD, Geneva: https://unctad.org/publication/trade-and-development-report-2023

[18] Lyydon, C. (2023) Food Security Emerges as Top Priority for China, WorldGrain.Com, 14th August 2023: https://www.world-grain.com/articles/18900-food-security-emerges-as-top-priority-for-china

[19] Clifford, C. (2023) Why Exxon and Chevron are Doubling Down on Fossil Fuel Energy with Big Acquisitions, CNBC, 25th October 2023: https://www.cnbc.com/2023/10/25/why-exxon-chevron-are-doubling-down-on-fossil-fuel-energy.html

[20] PWC (2019) CEO Turnover at Record High, PWC, https://www.pwc.com/gx/en/news-room/press-releases/2019/ceo-turnover-record-high.html

[21] Barkawi, A., and S. Zadek (2021) Governing Finance for Sustainable Prosperity, Council on Economic Policies, Zurich: https://www.cepweb.org/governing-finance-for-sustainable-prosperity/